



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS I – CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**SORAIA AMANCIO SILVA**

**SABORES DA CULTURA INDÍGENA NA SALA DE AULA: TERRITÓRIOS DE  
VIVÊNCIAS DO SABER HISTÓRICO ESCOLAR**

**CAMPINA GRANDE – PB**  
**2019**

**SORAIA AMANCIO SILVA**

**SABORES DA CULTURA INDÍGENA NA SALA DE AULA: TERRITÓRIOS DE  
VIVÊNCIAS DO SABER HISTÓRICO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

**Linha:** Ensino de História

**Orientador:** Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Patrícia Cristina de Aragão

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586s Silva, Soraia Amancio.  
Sabores da cultura indígena na sala de aula [manuscrito] :  
territórios de vivências do saber histórico escolar / Soraia  
Amancio Silva. - 2019.  
28 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Educação, 2019.  
"Orientação : Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão ,  
Coordenação do Curso de História - CEDUC."  
1. Cultura indígena. 2. Prática alimentar. 3. Ensino de  
história. 4. Ensino fundamental. I. Título  
21. ed. CDD 305.8

**SORAIA AMANCIO SILVA**

**SABORES DA CULTURA INDÍGENA NA SALA DE AULA: TERRITÓRIOS DE  
VIVÊNCIAS DO SABER HISTÓRICO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação /Departamento do Curso História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Linha: Ensino de História

Aprovada em: 04/12/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

Patricia Cristina de Aragao

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Cristina de Aragão (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

José do Egito Negreiros Pereira

Prof. Me. José do Egito Negreiros Pereira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Anselmo Ronsard Cavalcanti

Prof. Me. Anselmo Ronsard Cavalcanti Universidade  
Estadual da Paraíba (UEPB)

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, ao meu pai Josué Apolônio, minha mãe Lusineide Amancio e aos meus irmãos.

E também dedico a minha eterna lembrança àquela que, de professora, tornou-se melhor amiga e mãe de coração. Nela pude encontrar uma amizade sincera e verdadeira, uma pessoa companheira, esforçada, dedicada, conselheira e que ama o que faz. Além de estar sempre disposta a ouvir, incentivar e advertir para o meu bem. Jamais esquecerei as lições enriquecedoras que aprendi naquelas maravilhosas aulas de inglês, com seus conselhos e seu grande exemplo. Tenho-a como um espelho que reflete garra, compromisso e perseverança. Queria mesmo era que o tempo congelasse e, assim, ela pudesse ser minha professora para sempre. Maria do Socorro de Miranda Ribeiro, obrigada por me preparar para a vida e continuar sendo uma luz em meu caminho. Aproveito a oportunidade para homenagear essa figura ímpar que se eternizou em mim. É nela que busco inspiração para educar e ser professora.

Amo você. Sou muito grata pelo privilégio de tê-la conhecido e por continuar vivendo momentos especiais em sua companhia!

"Longe de ser o relicário ou a lata de lixo do passado, a memória vive de crer nos possíveis, e de esperá-los, vigilantes, à espreita (...). Mas, o que mais poderia a memória fornecer? Ela é feita de clarões e fragmentos particulares. Um detalhe, muitos detalhes, eis o que são as lembranças. Cada uma delas, quando se destaca, é tecida de sombra, é relativa a um conjunto que lhe falta. Brilha como metonímia em relação a esse todo".

Michel de Certeau

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Peixe Frito.....	16
Figura 2 – Os alimentos indígenas.....	19
Figura 3– Documentário sobre a cultura indígena.....	19
Figura 4 – Alimentos da cultura indígena.....	20
Figura 5 – Quadro mostrando a divisão dos alunos em grupos.....	20
Figura 6 – Exposição os alimentos.....	21
Figura 7 – Painel elaborado pelos alunos.....	21

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	8
2	A CULTURA INDÍGENA E O SABER HISTÓRICO ESCOLAR: DA INVISIBILIDADE HISTÓRICA À ABORDAGEM NO ESPAÇO ESCOLAR.....	11
3	PRÁTICAS ALIMENTARES DOS POVOS INDÍGENAS: NOTAS DA SABEDORIA ANCESTRAL.....	14
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
	REFERÊNCIAS .....	22

## SABORES DA CULTURA INDÍGENA NA SALA DE AULA: TERRITÓRIOS DE VIVÊNCIAS DO SABER HISTÓRICO ESCOLAR

### FLAVORS OF INDIGENOUS CULTURE IN THE CLASSROOM: TERRITORIES OF EXPERIENCES OF HISTORICAL SCHOOL KNOWLEDGE

Soraia Amancio Silva\*

#### RESUMO

As práticas alimentares, legado da cultura indígena marcam as memórias e sabores que estes povos nos deixaram como legado, vistos como educativos estes podem ser trabalhados para ensinar história. O objetivo desse estudo é discutir as práticas alimentares indígenas no contexto do ensino de história, a partir de um relato de experiência de pesquisa como professora de história do ensino fundamental II. Teoricamente, recorreremos a autores como Lara Bonin (2015); Fernando Roque Fernandes (2018); Maria Regina Celestino de Almeida (2009); Gersem dos Santos Luciano (2006); Bartomeu Meliá (1999); para alicerçar as reflexões no artigo. A metodologia empregada para este trabalho foi uma pesquisa bibliográfica e documental, articulada a pesquisa qualitativa do tipo interpretativa em que partimos das ações que realizamos com os alunos na escola com oficinas temáticas para trabalhar com a prática alimentar na perspectiva da cultura indígena. Ao desenvolver com os alunos, oficinas e construções de cartazes percebemos que além de ter sido um rico aprendizado histórico para eles, foi também, um momento importante para os alunos mostrarem suas criatividade nos cartazes e até mesmo nos possibilitar verificar que eles aprenderam de forma coletiva, em sala de aula, em conjunto com a professora.

**Palavras-chave:** Práticas Alimentares. Cultura Indígena. Escola. Ensino Fundamental.

#### ABSTRACT

Food practices, legacy of indigenous culture mark the memories and flavors that these people left us as legacy, seen as educational these can be worked to teach history. The aim of this study is to discuss indigenous eating practices in the context of history teaching, based on a report of research experience as an elementary school history teacher II. Theoretically, we resort to authors such as Lara Bonin (2015); Fernando Roque Fernandes (2018); Maria Regina Celestino de Almeida (2009); Gersem dos Santos Luciano (2006), Bartomeu Meliá (1999); to support the reflections in the article. The methodology used for this work was a bibliographic and documentary research, articulated the qualitative research of the interpretative type in which we start from the actions that we perform with the students in the school with thematic workshops to work with the alimentary practice in the perspective of the indigenous culture. In developing with students, workshops and poster building we realized that in addition to being a rich historical learning for them, it was also an important time for students to show their creativity on the posters and even enable us

---

\* Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: [ssilvasoraia@gmail.com](mailto:ssilvasoraia@gmail.com).

to verify that they have learned collectively. , in the classroom, together with the teacher.

**Keywords:** Food Practices. Indigenous culture. Elementary School.

## 1. INTRODUÇÃO

As práticas alimentares no contexto da cultura brasileira, figuram relevantes expressões do povo brasileiro pois a partir dela é possível reconstituir a história de lugares, povos e suas memórias, tanto coletivas como individuais. As práticas alimentares desenvolvidas pelos povos indígenas, trazem ao longo da história brasileira o legado histórico-cultural destes povos e, portanto, são educativas, tornando-se referência educacionais.

No contexto da escola, é possível educar com a prática alimentar indígena, porque ela traz todo um repertório cultural da contribuição desse povo para o campo da educação. O nosso objetivo com esse estudo e pesquisa é discutir as práticas alimentares indígenas no contexto do ensino de história, a partir de relato de experiência de pesquisa como Professora de História do Ensino Fundamental II, de uma escola pública da rede municipal de ensino, a Escola Judith Barbosa de Paula do Rêgo, na cidade de Queimadas, PB.

Como objetivos específicos nossa proposta é problematizar sobre a cultura indígena no contexto educacional e a relevância social das práticas alimentares do legado deste povo; discutir sobre a experiência educativas com práticas alimentares indígenas, no ambiente supracitado. Como problema de pesquisa levantamos o seguinte questionamento: de que modo as práticas alimentares indígenas contribuem na aprendizagem escolar no ensino fundamental?

A escolha por essa temática se verificou a partir da nossa experiência em sala de aula. Percebemos nas aulas uma necessidade de trazer a discussão em torno das práticas alimentares dos povos indígenas tendo em vista que a inclusão desta temática contribuísse no interesse dos alunos na referida disciplina, mas também em relação aos conhecimentos históricos a partir dos povos indígenas.

Neste sentido, observamos que as práticas alimentares por fazerem parte do cotidiano do alunado, poderia propiciar um aprendizado da história desse povo a partir do debate e da realização de ações educativas que versassem sobre o tema.

Acreditamos que o trabalho desenvolvido pode contribuir para com estudos que versam sobre a cultura indígena em sala de aula e também na perspectiva da prática alimentar. Ao discutirmos tais aspectos, torna-se possível aproximar o saber dos povos indígenas no campo alimentar e a aprendizagem histórica dos alunos, contribuindo, portanto, para campo de pesquisa em história tanto na formação docente inicial como continuada, em uma reflexão sobre saberes indígenas. Nosso trabalho contribui para o curso de História, para a linha de ensino de História, sobretudo para educação escolar pública a partir da realidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental Judith Barbosa de Paula do Rêgo, Queimadas - PB.

Nos embasamos teoricamente nas reflexões elaboradas por Iara Bonin (2015); Fernando Roque Fernandes (2018); Maria Regina Celestino de Almeida (2009); Gersem dos Santos Luciano (2006); Bartomeu Meliá (1999); Renata Figueiredo Moraes (2018), por consideramos que as discussões elaboradas por estes autores apresentaram uma contribuição ímpar para nossa proposta.

Este estudo se situa no campo do Ensino de História, Fundamental II, da referida Escola, na abordagem da cultura indígena a partir do foco nas práticas alimentares no contexto da realidade de sala de aula.

A metodologia utilizada para este trabalho foi uma pesquisa bibliográfica e documental, articulada a pesquisa qualitativa do tipo interpretativa em que partimos das ações que realizamos com os alunos, para refletir sobre o tema estudado. Também utilizamos legislações e oficinas temáticas para trabalhar com a prática alimentar na perspectiva da cultura indígena, que neste artigo, nos deteremos a refletir sobre as ações que desenvolvemos na instituição, logo, trata-se de um trabalho cujo resultado é de experiência de ações pedagógicas em que realizamos na escola.

Ainda sobre o planejamento, pontuamos pelo fato do plano de aula ser flexível, pois no momento de executá-lo pode surgir alguma inquietação das crianças e o professor precisa incentivar. O planejamento está presente em quase todas as nossas ações, pois ele nos serviu por base para a realização das atividades. Baseamo-nos, também, nos planejamentos elaborados e nas ações realizadas na sala para relatar a experiência e vivência com as práticas alimentares no ambiente da pesquisa.

O planejamento de aula é um instrumento essencial para o professor elaborar sua metodologia, conforme o objetivo a ser alcançado, tendo que ser criteriosamente adequado para as diferentes turmas, havendo flexibilidade, caso necessite de alterações. De acordo com Libâneo (1996, p. 36).

“O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino”.

O profissional da educação precisa se aprimorar sempre, atualizando-se, pois o universo educacional sempre está evoluindo e o docente precisa crescer junto a ele. Ademais, unindo a teoria com a prática obtivemos subsídios para entendermos os problemas que as escolas enfrentam e assim poderemos vencê-los. Enquanto fonte documental, utilizamos de legislações e oficinas temáticas para trabalhar com as práticas alimentares na respectiva indígena.

Esta pesquisa consiste numa abordagem qualitativa, na qual como afirma Ludke *et al.* (1986) é caracterizada pelo contato direto do pesquisador como o objeto de estudo, sendo este um ambiente natural, que ainda não sofreu nenhuma intervenção por parte do pesquisador, baseado num método indutivo, dispensando qualquer modelo de formulação de hipóteses dedutivas que possam priorizar somente a busca de constatar as ideias pré-concebidas, levando em consideração os valores subjetivos do objeto de estudo. Essa abordagem envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, em que enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

Para tal análise será desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, que segundo Ludke *et al.* 1994: consiste em “colocar frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesses” (p.53), isto é, discutir as informações constatadas relacionando a outras pesquisas sobre tal tema, fazendo um levantamento dos documentos que abordem estas discussões, utilizando a análise documental como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

A análise documental consiste, como afirma Ludke *et al.* (1986 p. 38) “*numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema*”. Para tal análise, será explorada toda e qualquer fonte de informação presentes em documentos e materiais escritos, que possam ser usados como fonte para identificar informações factuais, possibilitando que os documentos possam ser consultados várias vezes e, podendo até servir de base para novos estudos tidos como fonte natural, a qual podem ser identificadas evidências que possam atribuir uma compreensão ao problema. Na análise documental serão selecionados os documentos que apresentem conteúdos referentes ao objeto de estudo, voltando-se para as relações entre a objeto analisado e os documentos apresentados.

Perrenoud (2000, p. 90), aborda que enfrentar o desafio de propor um ensino que respeite a cultura e uma comunidade, significa constatar cada realidade social e cultural com a preocupação de traçar um projeto pedagógico para atender a todos sem exceção. Sendo a escola um local formado por uma população com diversos grupos étnicos, com seus costumes e suas crenças, é o lugar em que todos os alunos devem ter as mesmas oportunidades, mas com estratégias de aprendizagens diferentes.

O cenário da pesquisa foi a Escola Municipal Judith Barbosa de Paula Rêgo, que cidade, foi erguida no ano de 2011, com sua construção iniciando-se em março e sua inauguração oficial ocorrendo em 14 de dezembro do mesmo ano. Já suas atividades escolares iniciaram-se em 06 de fevereiro de 2012. Nascia naquele momento a “Escola Nova”, concebida para ser uma Escola modelo em termos de educação na cidade.

A decisão do prefeito não era de construir apenas um espaço para educação, mas uma Escola Padrão, dotada das tecnologias mais atuais no ramo da educação e regidos pelos conceitos da moderna pedagogia. Uma Escola feita para todos os munícipes, independentemente de sua condição social, onde todos seriam acolhidos sem qualquer distinção. Uma Escola Padrão, repito, que também foi chamada de “Escola Modelo” e de “Escola Nova”, este último, inclusive, ainda vivo na memória de todo queimadense.

No período de 2019 passaram pela escola alguns programas com PIBID, da UEPB, e a Residência Pedagógica. Todos esses programas tiveram como objetivo fortalecer o ensino e aprendizagem dos alunos dessa instituição de ensino. O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola ainda se encontra em fase de construção e está sendo elaborado coletivamente com a participação da gestão, de docentes, discentes e a comunidade local. No decorrer dessa pesquisa trabalhamos da seguinte forma: primeiramente fizemos uma leitura sobre os textos relativos a historiografia do tema, posteriormente partimos para as oficinas pedagógicas e por último a realização e análise das obras.

Para melhor exposição do tema, o nosso artigo, encontra-se estruturado em duas seções, sendo que primeira seção trabalhamos a questão da cultura indígena intitulada de “A cultura indígena e o saber histórico escolar: da invisibilidade histórica à abordagem no espaço escolar”, a qual vai abordar sobre a cultura indígena e sua relevância para a construção da identidade brasileira e, que existe leis que mostra o grande valor da cultura indígena para a sociedade brasileira. Para a segunda seção abordamos práticas alimentares presentes nesta cultura e sua relevância no contexto escolarizado.

## 2. A CULTURA INDÍGENA E O SABER HISTÓRICO ESCOLAR: DA INVISIBILIDADE HISTÓRICA À ABORDAGEM NO ESPAÇO ESCOLAR

Nesta seção serão mostrados como a cultura indígena e os saberes históricos do seu povo trazem influência para a cultura brasileira e, principalmente para a alimentar da mesa do brasileiro, uma vez que é pouco trabalhada no espaço escolar a importância desse povo para a construção da nossa identidade.

O povo brasileiro tem sua formação a partir de três etnias, a europeia, a indígena e a africana. No que se refere a educação, por muito tempo dominou na sociedade brasileira a visão eurocêntrica com a negação das contribuições que os demais povos tiveram em nossa sociedade e que hoje fazem parte do nosso dia a dia.

A cultura indígena é uma das culturas mais atuantes na formação do povo brasileiro e é através da Lei 11.645/2008 que põe obrigatoriedade do ensino de história indígena incluso das disciplinas que fazem parte do currículo afro-brasileiro tanto do ensino fundamental como do médio em todas as escolas do Brasil, a exemplo de incluir o dia 19 de abril no calendário escolar.

Para Maria Regina Celestino de Almeida (2012) em *“Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo”*, até muito pouco tempo atrás os índios eram indivíduos quase ausentes em nossa historiografia. Preteridos à condição de vítimas inertes dos métodos de conquista e colonização, seu destino implacável era submergir a medida que a sociedade envolvente se desenvolvia. Nas últimas duas décadas, entretanto, mudanças expressivas teórico-metodológicas, coligadas a sensatas pesquisas empíricas, propiciaram o aparecimento de um novo ponto de vista acerca das populações nativas.

Ainda hoje é muito presente a discriminação e o preconceito em relação a cultura indígena. A difusão da cultura indígena nas escolas por muitas décadas foi negligenciada principalmente na disciplina de História, pois era um conteúdo trabalhado de forma rápida, sendo abordadas questões apenas em datas específicas e não mostrando os pontos positivo dessas duas culturas para a construção da nossa identidade brasileira.

A cultura indígena é de grande relevância para a construção da identidade brasileira, pois existem leis a exemplo da Lei 11.645/2008 foi alterada a Lei 9.394/1996, que mostram a relevância da cultura para a sociedade. A LDB estabelece no currículo a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Neste sentido, aportaremos na Lei 11.645/ 2008, porque ela versa tanto sobre a cultura afro como a indígena e nosso debate vai em torno da cultura indígena.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, vem destacando no inciso 4º como deve ser trabalhado no âmbito educacional as matrizes e as etnias que constituem a formação do povo brasileiro. O documento estabelece que *“O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”*. (LDB, 2018, p 20)

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, destaca o papel da educação em trabalhar as matrizes africana e indígena na escola do fundamental, ressaltando as principais contribuições dessas duas matrizes para a construção da nossa identidade: É o que diz no parágrafo 1 do artigo 26A, da Lei 11.645/2008:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008.).

Nada mais justo que reconhecer diante da história a suma importância que essas duas etnias tiveram para formação do povo brasileiro com sua inquestionável riqueza e, que hoje precisa uma reflexão sobre essa falta de reconhecimento e o preconceito que sofrem. Educação é um processo complexo, que de acordo com Luciano (2006), é definido como:

conjunto dos processos envolvidos na socialização dos indivíduos, correspondendo, portanto, a uma parte constitutiva de qualquer sistema cultural de um povo, englobando mecanismos que visam à sua reprodução, perpetuação e/ou mudança. Ao articular instituições, valores e práticas, em integração dinâmica com outros sistemas sociais, como a economia, a política, a religião, a moral, os sistemas educacionais têm como referência básica os projetos sociais (ideias, valores, sentimentos, hábitos etc.) que lhes cabem realizar em espaços e tempos sociais específicos (LUCIANO, 2006, p129).

A educação indígena continua com sua pedagogia com a energia dos seus credos, mitos e do seu modo de ser e viver os hábitos e costumes que vão sendo transmitidos de geração em geração e sabiamente promovem uma estratégia de passar a cultura, sua educação (MELIÁ, 1999).

Desse modo, a educação indígena faz referência aos próprios métodos de transmitir e produzir os conhecimentos dos povos indígenas, enquanto a educação escolar indígena diz respeito aos procedimentos de transmissão e produção dos conhecimentos não-indígenas e indígenas através da escola.

A educação escolar ofertada à população indígena por vários séculos sempre objetivou integrar o índio à sociedade nacional, sem respeitar as diferenças de cultura e da língua. A educação era do homem não indígena, da cultura do branco para os povos indígenas. Ou seja, era uma escola que queria transformar o índio a ser e a viver como homem não indígena (VIVEIROS DE CASTRO, 2002). Os colonizadores quando chegaram aqui, concluíram equivocadamente que não existia educação indígena, pelo fato dos povos indígenas apresentarem diferenças drásticas da chamada “educação nacional” (SOUZA LIMA, 2002).

Partindo da visão etnocêntrica, conjeturava-se que os índios não possuíam educação, porque não tinham os mesmos modelos educacionais ocidentais. Neto e Barbosa (2005, p. 12) extraíram a ideia de que a interculturalidade está relacionada a educação dialógica. “*A educação dialógica, especialmente aquela que prima pelo diálogo entre culturas (interculturalidade) apresenta-se como uma estratégia de formação inovadora e radical*”, pois permite ultrapassar atitudes e visões etnocêntricas. É sob essa visão que historicamente se têm implantado para os povos indígenas os projetos escolares.

Uma das premissas básicas para a compreensão dessa discussão é que a educação indígena possui suas próprias pedagogias e essas possuem valores

essenciais que devem também orientar os trabalhos escolares. Entende-se educação também como todo o conhecimento que um povo possui e que é passado de geração em geração. São métodos pelos quais toda pessoa aprende a viver, e esse aprendizado acontece na família, na comunidade e/ou no povo.

Segundo Luciano (2006), a educação escolar deve ser fundamentada nos princípios educativos e na metodologia própria de aprendizagem dos povos indígenas (conforme avaliza a Constituição Federal do Brasil), para assim acrescentar outros conhecimentos, também necessários à vida atual.

O movimento indígena brasileiro reconhece que os processos de elaboração e de implementação da prática educacional no país vêm se mostrando cada vez mais respeitosa no tocante às culturas e aos méritos dos povos indígenas. Entretanto, pondera que ainda é necessário progredir, para que de fato se tenha não apenas teorias socioculturalmente adequadas, mas, especialmente, meios administrativos e financeiros que venham garantir de modo efetivo o direito dos povos indígenas de produzir métodos próprios político-pedagógicos e com autonomia (LUCIANO, 2006). Ainda de acordo com o autor, os povos indígenas atualmente possuem uma nova consciência acerca da sua realidade histórica e estão edificando o seu futuro dignamente.

Ressaltamos a importância e o reconhecimento de que os povos indígenas ainda mantêm vivos os seus métodos de educação habitual, que podem e devem contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais indígenas e não indígenas adequadas, hábeis a atenderem as pretensões, interesses e necessidades da realidade atual (SILVA, 1999). Tais conhecimentos não são necessariamente incompatíveis com os conhecimentos da escola moderna.

No Brasil os povos indígenas têm uma extensa história que se desdobra por muitos milhares de anos antes da aquisição dos portugueses, o que faz com que eles possuam um conhecimento fidedigno de sua realidade, possibilitando viverem e desenvolverem civilizações milenares análogas a qualquer outra cultura humana (QUARESMA E FERREIRA, 2013).

Os saberes dos povos indígenas atendem às suas necessidades e anseios. Seus credos, valores, tecnologias, derivam de um conhecimento comunitário prático e intenso originado a partir de milhares de anos de observações e experimentos empíricos que são repartidas e norteadas para garantir manter um estilo de vida específico (MANDULÃO, 2003).

Existe a ideia preconceituosa de que os índios não possuem a capacidade de garantir a sua própria sobrevivência e assim, necessitam do homem não indígena para ensiná-los como viver. É óbvio que os conhecimentos científicos e tecnológicos da sociedade moderna são importantes e desejáveis para aperfeiçoar suas condições de vida, como é o desejo de toda a sociedade humana. Mas isso não significa que sem eles os índios não possam se manter.

Os saberes indígenas fundamentais estão vinculados à percepção e ao entendimento que eles possuem da natureza, e se revelam no trabalho, nos rituais, nos festejos, na arte, na medicina, na arquitetura das casas, no alimento e até na língua, que tem sempre um significado cosmológico primordial (MELIÁ, 2006). Embora haja uma enorme consciência indígena acerca das leis mais adequadas à preservação dos conhecimentos tradicionais, muitos saberes estão desaparecendo perante da coação da cultura dominante e globalizada. Contudo, os povos indígenas atuam, lutam e resistem constantemente, aos preconceitos e opressões sociais. Fica evidente a discrepância das visões de mundo e de vida que norteiam os indígenas e

os não indígenas. Dessa forma constatamos que cada cultura tem seu próprio modo de organização, produção, transmissão e aplicação dos conhecimentos.

De acordo com Bonin (2015), os povos indígenas constituem seus saberes a partir da cosmologia ancestral que avaliza e ampara a probabilidade de vida. A natureza/mundo é a base fundamental. É a cosmologia que institui os princípios condutores e as conjecturas básicas da estruturação social, política, econômica e religiosa. Os valores e virtudes são determinados desde a concepção do mundo, mas compete ao ser humano promover as condições concretas, essenciais.

Assim sendo, os conhecimentos que são produzidos e transmitidos auferem este papel social e se estabelecem como um pilar do domínio político, conseqüentemente, elemento de disputa e manipulação de multidões e sujeitos, o que acaba criando status de poder individualizado e uma variação de valores subjetivos. Os conhecimentos indígenas são por essência empíricos e subjetivos, e assim livres de metodologias e dogmas fechados e incondicionais, garantindo efetividade prática e resultados reais do que acontece no seu dia-a-dia (MANDULÃO, 2003).

Não importa seu funcionamento, importa sua eficácia. Uma das peculiaridades da ciência indígena refere-se à acessibilidade dos conhecimentos que são compartilhados e permanecem ao alcance de todos, ainda que sejam reverenciadas as capacidades e as aptidões do indivíduo e do grupo em certas especificações, como aquelas de comando do pajé. A pluralidade de conhecimentos é condição de sociabilização e de individualidade (o que é público e o que é secreto) é formato da sua eficácia.

Deste modo, os critérios de credibilidade dos conhecimentos são variáveis, visto que o seu valor é relativo. Além disso, baseiam-se nas grandezas do espírito e do corpo, sem a preferência de uma ou outra. A natureza é a fonte de todo o conhecimento e não o homem. Cabendo a ele desvendá-la, compreendê-la, aceitá-la e contemplá-la.

Os povos indígenas têm uma visão do conjunto de mundo. O sujeito precisa buscar compreender e conhecer a fundo como a natureza funciona, não para dominá-la e controlá-la, mas para se guiar e respeitar sua conexão, seus limites e potencialidades em benfeitoria de sua própria vida enquanto ser privilegiado na criação. O saber é mais do que querer criar ou saber dizer, é saber fazer, baseado em conhecimentos acumulados no decorrer da vida (LUCIANO, 2006).

### **3. PRÁTICAS ALIMENTARES DOS POVOS INDÍGENAS: NOTAS DA SABEDORIA ANCESTRAL**

Nesta seção será abordada o repertório cultural indígena na comida e que faz parte da historicidade do povo brasileiro, isto é, o alimento faz parte da nossa história e da nossa herança indígena, com isso se torna importante problematizar a comida com o educacional.

A cozinha indígena é a mais autêntica ou original do Brasil, preservando sua simplicidade baseada em fogo e água, geralmente feita de modo muito simples com ingredientes que estão à disposição

“Podemos identificar alimentos assados, cozidos e moqueados em folhas[...] de bananeira comum ou em folhas de palmeiras. Não utilizam na cocção (cozimento) dos alimentos nem sal e nem açúcar. E essa cozinha dos povos indígenas continua viva na Amazônia, e influenciando o que se come no resto do Brasil” (SOUZA, 2016).

A infinita diversidade presente no Brasil, e que ainda hoje não são valorizadas, aliás são colocadas para um lado, e só em datas comemorativas são lembradas dentro do ambiente escolar. O Brasil um país místico, híbrido e que é diverso, e qual é o papel da escola com essa diversidade cultural presente na nossa sociedade, pois é vital representar o reconhecimento das matrizes ancestrais africanas e indígenas na cultura brasileira, mostrando que o Brasil tem o DNA da cultura brasileira.

Com as leis 10.639 /2003 e 11.645/2008 foi nada mais que um justo reconhecimento, ainda que tardia, dessas matricialmente que nós temos no fundo cultural africana e indígena na nossa constituição cultural.

Levando por embasamento as leis 10.639 /2003 e 11.645/2008 para trabalhar as matrizes africana e indígenas através da alimentação, pelo simples fato essas duas matrizes deixarão uma herança alimenta muito presente no Brasil.

No cotidiano da escola, no convívio familiar e outros ambientes de experiências e vivencias, eles si alimentam. Alimentação é histórica, contata um passado cultural e também educacional.

No repertório cultural indígena a comida faz parte da historicidade do povo brasileiro. A comida faz parte da nossa história e da nossa herança indígena, se torna importante problematizar a comida com educacional. Mas para entender a comida com educacional é necessário debater no campo da educação ou dialogo da história com educação sobre os sabores e as comidas que fazem parte das práticas indígenas.

Mostramos as práticas alimentares indígenas que fazem parte de nossa herança cultural e explicamos da nossa gastronomia que são educativas. Alimentação é presente na vida do brasileiro e dos queimadenses. Alimentação que traz essas heranças ancestrais e culturais do povo indígena, que está no cotidiano e nas experiências alimentares, porque todos os dias eles comem uma aquilo que faze parte dessa herança cultural.

Dentre os inúmeros alimentos de cunho indígena que consumimos até hoje principalmente no Nordeste e em Queimadas, podemos destacar a exemplo de frutas (manga, abacaxi, banana, mamão, graviola, a castanha do Brasil, entre outras; de raízes (mandioca, macaxeira, cará); e carnes (peixes). Ainda temos, a tapioca, beiju, milho, pamonha e canjica.

Figura 1: Peixe Frito



Fonte: <http://agazetadigital.blogspot.com/2018/02/lolo-do-peixe-frito.html>

“Temos que pensar na gastronomia indígena como a origem da cozinha de um povo, no sentido de preservar métodos e técnicas dos nossos ancestrais, assim como a utilização de produtos alimentícios não convencionais e a própria expressão cultural que a gastronomia envolve, mantendo vivas as relações políticas, sociais e espirituais (SOUSA, 2016)”

A alimentação indígena tem como alicerce os produtos naturais, coletados, pescados ou caçados da própria região que eles estão localizados. É necessário enfatizar a importância de manter preservada a gastronomia indígena.

Em pleno século XXI, repetitivos são os exemplos do quanto ainda há necessidade de romper paradigmas no tocante aos estudos acerca dos povos indígenas, africanos e a história e cultura dos afrodescendentes no Brasil. Preconceitos que surgem no dia-a-dia escolar e que se refletem em outros campos da sociedade (MORAES & CAMPOS, 2018).

O desafio maior é o de rescindir os obstáculos impostos pelo senso comum e pelo preconceito e utilizando a educação como meio de eliminar o racismo, promovendo uma igualdade social e construindo novas atitudes e valores (SANTOS, 2016).

Os anos 2000 foram marcados pela busca dos direitos e combate ao racismo, o Brasil foi assinante da carta de Durban em 2001 (ALVES, 2002). A Lei 11.645 de 2008 alterou o artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e instituiu o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, conjecturando que os currículos escolares de distintas áreas incluíssem temáticas que aumentassem os conhecimentos acerca das nossas origens.

A obrigatoriedade desses conteúdos foi considerada por diversos especialistas da área como uma política curricular de combate ao racismo (SOUZA, 2012, p. 145) e um progresso sob a ótica institucional na administração de uma escola como arena de edificação de identidades singulares e sociais apreciadas pela diversidade de subsídios históricos de uma sociedade multicultural e pluriétnica (OLIVEIRA & LINS, 2012).

Esse movimento legislativo é uma reação dos anos posteriores da publicação da Constituição Federal que em seus artigos ajuizou os anseios de diversas esferas da sociedade civil, legitimando direitos dos grupos sociais e étnicos habitantes do território nacional. Um exemplar refere-se aos povos indígenas que tiveram seus direitos já reconhecidos e garantidos pela Assembleia Nacional Constituinte de 1987 (FERNANDES, 2018, p. 75).

A educação representa o caminho ideal para desfazer padrões e falas racistas tão vigentes na sociedade. Entretanto, tais disposições ainda não geraram o resultado aguardado nos materiais pedagógicos. O currículo escolar é eurocentrista e não se preocupa com o engrandecimento da cultura e da história africana, dos afrodescendentes e nem dos indígenas brasileiros (MORAES & CAMPOS, 2018).

Ainda de acordo com os autores, as consequências de uma educação que aproxime mais a África e os indígenas brasileiros propendem a impedir que ocorra certos erros de compreensão acerca de alguns episódios recém ocorridos. A cautela a respeito do ensino de história consistirá em o instrumento fundamental para uma possível mudança da realidade de um ensino excludente há mais de um século. Os resultados desse cuidado aspiram gerar uma sociedade alforriada do racismo, da discriminação étnica e com consideração a pluralidade do povo brasileiro.

Trabalhar com as práticas alimentares do povo, dos saberes ancestrais de povo afro-brasileiros e indígenas requer trabalhar com a memória. Pois a memória é

educativa, a memória traduz a trajetória de um povo. Inicialmente, a memória aparenta ser um fenômeno particular, algo um tanto íntimo, próprio do indivíduo.

Entretanto, nos anos de 1920 – 1930, Maurice Halbwachs (2006), já tinha ressaltado que a memória deve ser compreendida também, como um fato coletivo e social, ou seja, como um fenômeno que é arquitetado coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK,1992). Em suma, o autor afirma que “*memória é um fenômeno construído*” e também “*é um elemento constituinte do sentimento de identidade*”. Na perspectiva da memória coletiva o ele pontua:

Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p.04).

O autor questiona ainda quais são, portanto, os elementos que constituem uma memória, seja ela individual ou coletiva?

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorrer um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada, (...) que (...) pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação (1992, p. 201).

Jose d’Assunção Barros (2009), postula que a Memória e a Historiografia aparentam se fundir uma na outra, expressando suas intermináveis possibilidades, entretanto são esferas bem diferentes entre si. Estão em constante interação, apesar disso não se confundem. Assim sendo, existe logicamente aquelas fronteiras nas quais “a memória se torna história”, ou, contrariamente, aquelas situações nas quais a história de fato se constrói como memória.

Para Carlos Antunes dos Santos (2005, P.12), o alimento representa uma categoria histórica, pois leva consigo resquícios dos moldes de constâncias e transformações dos hábitos e das práticas alimentares, referenciais importantes da cultura humana. Assim ele diz “O termo “*comer*”, diferentemente de “*alimentar-se*”, implica em um ato social, na medida em que constitui e é constitutivo de ‘*atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações*’”.

Corroborando com as falas supracitadas, a vivência dos alunos com as culturas afro-brasileiras e indígenas se deu na escola a partir dessas memórias das

práticas alimentares e contribuíram para educar, para formar, essas crianças e adolescentes na escola.

Através de oficinas pedagógicas que são instrumentos de grande relevância para o aperfeiçoamento didático do conteúdo trabalhado em sala de aula e também pelo meio das oficinas vem oferecer aprendizagem aberta e dinâmica, que permite a inovação, a troca de experiências e a construção de conhecimentos.

No primeiro momento foi realizada uma discussão por meio de uma roda de conversa sobre a cultura indígena e principalmente se os alunos conhecem os alimentos vindos dos índios e quais eles consumiam.

Figura 2: os alimentos indígenas.



Fonte: Arquivo pessoa de Soraia Amancio Silva, 2019

Em um segundo momento, juntamente com seus familiares apresentaram informações e ilustrações sobre alimentos da cultura indígena que estão presente na nossa alimentação aqui no Nordeste.

Figura 3: documentário sobre a cultura indígena



Fonte: Arquivo pessoal de Soraia Amancio Silva, 2019

No terceiro momento foi promovido um momento para os alunos compartilharem as informações pesquisadas acerca da culinária influenciada pela cultura indígena para todos os alunos da escola. Foi um momento de grande aprendizagem para todos que estava participando do projeto culinária influenciada pela cultura indígena.

Figura 4: Alimentos.



Fonte: Arquivo pessoa de Soraia Amancio Silva, 2019

Quarto momento os alunos foram organizados em 5 grupos de 5 alunos nos quais cada equipe desenvolveu cartazes mostrando as informações e ilustrações de influência da matriz indígena na sua alimentação.

Figura 5: Quadro mostrando a divisão dos alunos em grupos.



Fonte: Arquivo pessoa de Soraia Amancio Silva, 2019

Quinto momento: Construção de um cardápio com todos da sala, incluindo os alimentos de origem indígena presentes na cidade de Queimadas – PB. Cada equipe trouxe ilustrações sobre um ou mais pratos típicos indígenas e que são consumidos por eles para construção do cardápio da culinária indígena.

Figura 6: Exposição os alimentos.



Fonte: Arquivo pessoa de Soraia Amancio Silva, 2019

A Culminância se deu no dia 07 de setembro de 2019, mostrando como foi importante trazer a discussão dessas culturas para sala de aula a partir da alimentação. Através do desfile a população e familiares dos alunos poderão ver o trabalho desenvolvido pelos alunos.

Figura 7: Painel elaborado pelo alunos.



Fonte: Arquivo pessoa de Soraia Amancio Silva, 2019

Assim sendo, a alimentação tanto faz parte da prática de memórias quanto como ela faz parte da memória social desse povo e como é educativa. Então, ensinar história sobre as culturas afro-brasileiras e indígenas trazendo as práticas alimentares do povo negro e indígena, é um meio de educar no campo do ensino de história para os valores sociais e humanos acerca destes povos. Isto é empreender a inclusão no contexto da sala de aula, e ao mesmo tempo, a afirmação dessas culturas.

Nesse sentido acreditamos que ao desenvolver essas oficinas estamos pondo em prática a Lei 11645/2008 e afirmando de forma positiva a partir da inclusão educativa dessas culturas via práticas alimentares na sala de aula.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Trabalharmos com essa pesquisa foi de grande relevância pelo fato de mostrar e também reconhecer a contribuição do índio na formação dos diversos aspectos da vida nacional do Brasil e principalmente na contribuição para a cultura. Dessa forma, oferecer um processo de construção de uma nação é uma dimensão valiosa para a escola e para os alunos, no sentido de oferecer oportunidades ao aluno de olhar o passado, bem como o presente, em busca de conhecimento e discernimento sobre a história do país.

A prática alimentar indígena construída ao longo dos anos no país é uma referência educacional, além de ser um legado do povo indígena que faz parte da cultura brasileira, que através da comida se pode educar e mostra aos alunos a importância do povo indígena para nossa sociedade. Mostrando que devemos valorizar nossa origem indígena.

Esse tema no campo de pesquisa e no contexto do Ensino de História vai propiciar os alunos uma reflexão sobre os saberes indígenas. Dessa forma esse trabalho contribui para o curso de História e para a linha de ensino de História, sobretudo para educação e a escola pública a partir da vivenciada.

Tal temática em sala foi bem recebida e todos os alunos participaram ativamente do projeto. Eles gostaram em conhecer e respeitar cada vez mais a cultura indígena. A cidade de Queimadas há muito tempo foi habitada por índios e alguns alimentos dos quais eles se alimentavam ainda hoje fazem parte das refeições desses alunos. Portanto, é de grande relevância mostrar aos alunos a importância da cultura indígena na vida real e, vê-los estudando curiosos e querer conhecer cada vez mais sobre essa cultura nos deixaram realizados.

É interessante trabalhar a culinária indígena na escola, pois ela promove o conhecimento da diversidade, da cidadania, ajudando a compreender o diferente, e a respeitar.

A temática sobre a alimentação indígena foi positiva para esses alunos. Uma das equipes por escolha própria decidiram colocar em prática tudo que eles aprenderam, pesquisando sobre os pratos típicos do povo mencionado. Fizerem um dos pratos mais consumidos na Escola que foi macaxera com carne (os alunos foram para cozinha para elaboração do cardápio).

As oficinas e construções de cartazes foi um momento importante para os alunos mostrarem suas criatividade. Ao desenvolver essas oficinas estamos colocando em exercício a Lei 11645/2008 inclusões no currículo oficial da rede de ensino brasileiro a obrigatoriedade da temática História e cultura afro-brasileira e indígena e afirmando de forma positiva a partir da inclusão educativa dessas culturas via práticas alimentares na sala de aula ou através de outras práticas

educativa. Essa lei oferece ao aluno a propriedade de perfilhar as matrizes culturais que fizeram parte da história do seu país.

É de suma importância trabalhar a questão indígena na escola e fazer com que o país conheça a si próprio, oferecendo ao aluno condições para estar em contato com as tradições de sua nação, buscando sua valorização, promoção e preservação.

## REFERÊNCIAS

Almeida, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2012.

ALVES, J. A. “A conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos”. **Revista Brasileira Política Internacional**. Brasília, v. 45, n. 2, p. 198-223, 2002.

BARROS, José D’Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. **MOUSEION**, v. 3, n.5, Jan-Jul., 2009.

BONIN, Iara. Cosmovisão indígena e modelo de desenvolvimento. **Jornal Porantim**, n. 5, Jun/Jul, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível em <  
<http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>> Acesso em: 2019-10-17

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)> Acesso em:2019-10-01

COLOMBO, Sylvia. Africanos foram forçados a reinventar sua culinária. **Brasil 500**, 2019.

FERNANDES, Fernando Roque. “Cidadanização e etnogêneses no Brasil: apontamentos a uma reflexão sobre as emergências políticas e sociais dos povos indígenas na segunda metade do século XIX”. **Revista Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, nº 63, p. 71-88, 2018.

HALBSWACHS, Maurice. **Mémoire Collective**. Paris: PUF, 1950. In: Memórias Coletivas. São Paulo: Centauro, 2006.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 07/10/2019.

LIBÂNEO. J.C. **Pedagogia, Ciência da educação?** Selma G. Pimenta (Org.). São Paulo; Cortez,1996, p.36.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LUDKE, Menga *et.al.* Abordagens Qualitativas de Pesquisa Etnográfica e o Estudo de Caso. In: Pesquisa em Educação. São Paulo: EPO, 1986.

MANDULÃO, F. da S. Educação na visão do professor indígena. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diversidade na Educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

MELIÁ, Bartomeu. Educação indígena na Escola. **Cadernos Cedes**, ano, XIX, nº 49, Dezembro/99.

MORAES, Renata Figueiredo; CAMPOS, Sabrina Machado. **O ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira: mudanças e desafios de uma década de obrigatoriedade**. In REVISTA TRANSVERSOS. “D o s s i ê: H i s t ó r i a s e C u l t u r a s A f r o B r a s i l e i r a s e I n d í g e n a s - 10 anos da Lei 11.645/08”. Rio de Janeiro, nº. 13, MAI-AGO, 2018, pp. 11-34.

NETO, João Colares da Mota; BARBOSA, Rafael Grigório Reis. **O diálogo como fundamento da educação intercultural**: contribuições de Paulo Freire e Martin Buber. V Colóquio Internacional, 2005.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; LINS, Monica Regina Ferreira. **“Eu e o outro: professor como artesão da interculturalidade”**. In: MIRANDA, Claudia. (*Et. al*). Relações étnico raciais na escola: desafios teóricos e práticas pedagógicas após a lei n. 10639. Rio de Janeiro: Quarte/Faperj, 2012.

PERRENOUD, P. **Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Ed. Vértice, n.3, p.3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUARESMA, Francinete de Jesus Pantoja, FERREIRA, Marília de Nazaré de Oliveira. Os povos indígenas e a educação. **Revista Práticas de Linguagem**. v. 3, n. 2, jul./dez. 2013.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **A alimentação e seu lugar na História: os tempos da memória gustativa**. In: História: Questões & Debates (UFPR), Curitiba, n. 42, p. 11-31, 2005.

SANTOS, Lorene dos. “Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e educação das relações étnico-raciais: um olhar para os saberes e práticas escolares

e docentes”. In: XAVIER, G. **Histórias da escravidão e do pós - abolição para as escolas**. Cruz das almas: EDUFRB, BH: Fino Traço, 2016.

SILVA, Rosa Helena Dias da. A autonomia como valor e articulação de possibilidades: o movimento dos professores indígenas do Amazonas, de Roraima e do Acre e a construção de uma política de educação escolar indígena. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 49, p. 62-75, Dec. 1999.

SOUZA, Maria Elena Viana. “Educação étnico-racial brasileira: uma forma de educar para a cidadania. In: MIRANDA, Claudia. (Et. al). **Relações étnico - raciais na escola: desafios teóricos e práticas pedagógicas após a lei n. 10639**. Rio de Janeiro: Quarte/Faperj, 2012, p. 119-156.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de & Barroso-Hoffmann, Maria (org.). **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002.

SOUZA, SILANE. **Gastronomia indígena continua exercendo influência na culinária Amazônica**. Portal a crítica, ago., 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac- Naify, 2002, p.190.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, o criador maior.

Agradeço as professoras e orientadoras Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Patrícia Cristina de Aragão por seus apoios e inspiração no amadurecimento dos nossos conhecimentos e conceitos que me levaram a execução deste trabalho de Conclusão de Curso.

À minha formação como profissional não poderia ter sido concretizada sem a ajuda de meus amáveis pais Josué Apolônio da Silva e Lusineide Amancio Silva, que no decorrer da minha vida, proporcionaram-me, além de extenso carinho e amor, os conhecimentos da integridade, da perseverança e de procurar sempre em Deus à força maior para o meu desenvolvimento como ser humano. Por essa razão, gostaria de dedicar e reconhecer a vocês, minha imensa gratidão e sempre amor.

Um agradecimento especial aos meus queridos maninhos Bismark Amancio Silva e Daniel Amancio Silva que permaneceram sempre ao meu lado, nos bons e

maus momentos. E meus três preciosos sobrinhos (João Miguel, Ruth Maria e Bernardo) meus melhores e maiores presentes.

Não posso esquecer-me de meus mais fiéis amigos: Maria Aparecida Albuquerque, Maria do Socorro Miranda Ribeiro, Marcos Rodrigo. É com vocês que compartilho angústias, agonias, alegrias, felicidades e tantas outras coisas que uma amizade faz. Só vocês entendem o meu objetivo, o sumiço, a falta de tempo, o cansaço, a necessidade de isolamento que a escrita exige.

Agradeço a todos os professores da UEPB, por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

E a todos aqueles que direta ou indiretamente, contribuíram para esta imensa felicidade que estou sentido nesse momento.

A todos quero manifestar os meus sinceros agradecimentos.